

# **Violência, disrupções do capitalismo e crise da democracia**

**Pierre Rosanvallon em depoimento a Christian Lynch e João Penido**

**Insight Inteligência, outubro 2014: 26-33**

**Em uma sociedade pulverizada em termos de solidariedade, a democracia tornou-se desde então uma máquina de produzir decepção**

Quando se fala em violência nas manifestações políticas da sociedade europeia atual é preciso, antes de tudo, distinguir dois tipos de segmentos sociais que nela atuam. O primeiro é recorrente na França há 40 anos e diz respeito à ação de extremistas, de direita e de esquerda – estes, os chamados “anarquistas” e “autônomos”. Parte deles tem por principal motivação política provocar a violência policial para em seguida protestar contra ela. Mas há também um outro tipo de violência social, de ódio, que vem dos jovens do subúrbio que se sentem esquecidos: são os “quebradores”, que vão às ruas com o propósito de saquear as lojas e quebrar suas vitrines. Isso tem ocorrido de maneira regular e recorrente nos últimos 30 anos. Por vezes, houve ruas inteiras cujas lojas tiveram suas vitrines quebradas. Geralmente, esses pequenos grupos de “quebradores” e de extremistas de esquerda ou direita aproveitam uma grande manifestação pacífica para nela se infiltrarem e exercerem sua violência. O que ocorre hoje nesse campo não tem absolutamente nenhuma novidade, nem no número de pessoas envolvidas, nem na intensidade das ações.

O que é certo é que essas manifestações de violência, protesto ou ódio não são movimentos revolucionários. Podem ser violentos, mas não são revolucionários: eles não almejam um outro tipo de sociedade. O que caracterizava o movimento revolucionário clássico era justamente o fato de que o descontentamento levasse à tomada do poder. Atualmente, ninguém busca tomar o poder. Mesmo os grupos esquerdistas mais radicais falam mais de insurreição que de revolução. São movimentos negativos. São agricultores que querem menos impostos e mais ajuda do Estado. São “quebradores” que querem reduzir o sentimento de distância social. São pessoas que manifestam uma espécie de aspiração reacionária no sentido tradicional do termo, ou seja, de voltar a uma sociedade mais tradicional, criticando a modernização dos costumes.

Eu diria que há um deslocamento da dimensão do conflito social. Não se trata mais de um conflito econômico, mas cultural. O fundamento do problema reside no medo e na desconfiança do outro. Podemos dizer que hoje em dia há na França muito largamente elementos de medo do Islã. Mas vemos que o medo social e a desconfiança social são alimentados pelo desconhecimento. Atualmente, há no mundo muçulmano sucesso junto a jovens convertidos que não têm nenhum conhecimento religioso. As pessoas são seduzidas pelo radicalismo, pela violência, mas há um certo número de jovens franceses que vão combater ou mesmo praticar execuções com o Estado Islâmico, e que são

peças que nunca estiveram numa mesquita em sua vida. Então, isso está fora do domínio religioso. É quando não se conhece alguém que o vemos através de imagens e de fantasmas.

Nesse momento, há uma imaginação negativa que se sobrepõe à realidade. Uma sociedade na qual as grandes cidades separam as pessoas umas das outras é uma sociedade que produz mais medo, mais fantasmas e mais desconfiança. E nesse momento o risco não é absolutamente o risco de uma revolução; ao contrário, é o risco de implosão das sociedades nas quais a aceitação da solidariedade recua. E vemos muito bem, nas sociedades europeias, que hoje elas aceitam menos a tributação social do que antes.

### **As metamorfoses do capitalismo: isolamento social e desencantamento democrático**

Na raiz desse fenômeno de desencantamento com a democracia se acha a mudança da natureza do capitalismo, que era tradicionalmente um regime de organização e exploração da força de trabalho. Atualmente, esses elementos de organização e exploração continuam a existir, mas o capitalismo se tornou – pela sua dinâmica – um capitalismo de inovação, no qual o que importa é mobilizar a particularidade de cada um. Hoje, a boa liderança não se mede em termos de organização racional, e sim de mobilização dos indivíduos a darem no trabalho o melhor de suas capacidades individuais. A exploração passa pela mobilização dos talentos particulares de cada indivíduo, o que é algo diferente da exploração clássica do trabalho de uma massa de trabalhadores encarregados de desempenhar tarefas mecânicas idênticas. O trabalhador passou a ser reconhecido pelo seu talento do plano da particularidade, o que ajudou a dissolver os vínculos anteriores de solidariedade que se haviam criado pela igualdade existente no mundo do trabalho. Com o crescimento da desigualdade daí decorrente, veio igualmente a secessão social, os separatismos sociais. Hoje em dia vivemos em um mundo no qual há um retorno do preconceito, dos fantasmas a respeito do outro, das imagens diabolizadas. E isso se deve ao desconhecimento que temos a respeito do outro. E o capitalismo contemporâneo também mudou a democracia.

A história da democracia –o sufrágio universal – começou a se generalizar no fim do século XIX. No momento da generalização do sufrágio universal, o cidadão percebe as vantagens de uma vida social compartilhada, principalmente no nível dos trabalhadores e dos sindicatos. Foram as experiências das dificuldades vividas, principalmente por causa das grandes guerras, que favoreceram a solidariedade que marcou a vida social europeia na segunda metade do século XX. A história da democracia foi, portanto, aquela de uma democratização econômica concomitante a uma democratização política. Nos últimos trinta anos, todavia, aquelas duas dimensões se descolaram: há democracia política com uma sociedade pulverizada em termos de solidariedade. A democracia tornou-se desde então uma máquina de produzir decepção. Há uma expectativa muito grande no momento das eleições e depois vem invariavelmente a decepção. Há uma espécie de momento de entusiasmo, em que há um horizonte de atendimento imediato das expectativas, depois a vida cotidiana mostra a

distância que existe entre as promessas e a realidade. Por isso, muitas democracias são tentadas a se deixar levar por regimes autoritários e expressões racistas, que legitimam justamente a secessão social. Da mesma forma, as mudanças operadas no capitalismo nos últimos trinta anos, do plano da generalidade para aquele da particularidade, da individualização, afetaram igualmente o sistema partidário das democracias.

Os partidos mudaram de natureza, deixando de ser órgãos de expressão de diferentes categorias da sociedade, orientado cada qual por uma ideologia, para se tornarem máquinas eleitorais encarregadas de seduzirem o eleitor um a um, a partir de um discurso sedutor de tintas demagógicas. Ou seja, as mudanças no capitalismo trouxeram uma crise da solidariedade que cimentava a comunidade política e, ao mesmo tempo, uma crise de representação política.

### **Realimentar a solidariedade: recriando os bens comuns**

Como resolver o problema da solidariedade desfeita? Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que o problema da desigualdade não se resolve simplesmente no plano da redistribuição. Para que seja possível voltar a redistribuir, é preciso restabelecer os vínculos de solidariedade que foram desfeitos nos últimos trinta anos. É preciso investir na capacidade que tem a sociedade de voltar a produzir bens comuns, que é o que acima de tudo a caracteriza. A redistribuição é monetária. Os bens comuns produzem laços sociais. E é por isso que nas ciências humanas há todo um movimento ao mesmo tempo de reflexão histórica, sociológica e econômica sobre o desenvolvimento de coisas comuns – o que se chama em inglês de “commons”. O modelo clássico da sociedade de bens comuns subvertida pelo capitalismo é o da Inglaterra do século XVII, quando havia muito campo comum e o trabalho comum. Foi então que se começaram a fazer os cercamentos da terra para fracionar a propriedade e torná-la privada e aumentar sua produtividade.

Hoje, de modo simbólico, é o contrário que precisa ser feito: criar bens comuns. O capitalismo, principalmente este que se desenvolveu nos últimos trinta anos, é uma máquina de fazer cercamentos, de privatizar, de isolar os indivíduos. É muito importante que, por exemplo, no domínio da internet, se tenha softwares livres; que, no domínio da vida urbana, se multipliquem os espaços de vida e de circulação comum. Embora, nas cidades oitocentistas europeias, houvesse muito pouca ligação social, devido à segregação de acordo com classes, as pessoas se encontravam na rua. Hoje, nem isso.

Então, uma primeira solução para a redução da desigualdade é reaprender a viver como iguais. E quanto mais se produzir bens comuns, mais se fomentará o hábito de viver como iguais e, portanto, a solidariedade, hoje ausente nas sociedades contemporâneas. A vantagem da vida comum é que ela faz com que se perca o medo do outro. Então, a solidariedade pode se tornar mais forte. E quando se restabelece o vínculo comum, o vínculo da solidariedade, torna-se possível restabelecer igualmente a redistribuição. A redistribuição não é possível se não há um traço sociocultural de qualquer espécie capaz de gerar a sensação de igualdade. Sim, é preciso mudar a forma de vida social, enchendo-a de

solidariedade, de bens comuns, para modificar as formas de capitalismo, para que se desenvolva em forma de economia solidária, de economia cooperativa. Mesmo na ponta do progresso eletrônico – a saber, tudo que é da ordem da eletrônica, da informática, da internet – vê-se as duas formas possíveis de bens: o do capitalismo avançado, particularizado, e, ao lado dele, o das coisas comunitárias e do mundo compartilhado. Os dois podem coexistir. Por exemplo, a maior enciclopédia do mundo, a Wikipédia, é uma organização comunitária, não é algo que se vende no mercado. A mudança do capitalismo passa por lutar para tornar eficaz a vantagem do bem comum; lutar para que a economia real importe mais que a do capital; lutar para que o inovador seja mais recompensado que o rentista. A partir da decomposição de tudo que vemos aí, certamente podemos prever formas de solução.

### **Para além dos Partidos: a luta pelo restabelecimento da confiança e os movimentos sociais.**

Por outro lado, para enfrentar a crise da representação política, é preciso repensá-la para além dos partidos. É preciso que nasçam organizações democráticas de outro tipo. Os partidos políticos foram grandes organizações democráticas organizadoras de implementação e viabilização do sufrágio universal. Os partidos políticos tiveram, além disso, uma dimensão de expressão social, que eles perderam. Portanto, é preciso encontrar novas organizações de expressão social, achar formas de dar voz aos tornados invisíveis. Há toda uma invisibilidade social de que os partidos políticos não se ocupam e que constitui hoje o cerne do problema da representação política. Representar quer dizer justamente estar presente no debate social, estar presente no conhecimento do outro, das realidades vividas por diferentes grupos sociais, as realidades vividas por pessoas, suas dificuldades. Portanto, há necessidade de novos organismos capazes de dar visibilidade a esses setores sociais, seja pela internet, pelos livros, pelos grupos comunitários. Ao lado deles, é preciso que haja também, ao lado dos partidos políticos, outros, que se ocupem, de maneira cotidiana e permanente, de discutir, criticar, interpelar o modo de agir do governo. É preciso fazer com que o governante preste conta, que se interesse pelo problema da sociedade, que seja transparente e torne as coisas mais visíveis. Tais medidas são necessárias para se restabelecerem os vínculos de confiança entre governantes e governados, de modo a que estes últimos não vejam os primeiros, ou o governo como um todo, como uma máquina que privatize a política em proveito deles. É bom lembrar que a definição clássica da corrupção política passa justamente pela noção de privatização dos bens públicos em proveito da reprodução da classe política. Enfim, é preciso que a democracia articule os eleitores em torno de novas formas de representação, e essas organizações sociais se dediquem a brigar por maior transparência por meio da interpelação pública. É o que começa a emergir por todos os lugares do mundo.

---

Pierre Rosanvallon é professor de História Política moderna no Collège de France.